



ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 60- CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

**Dia:** 13/04/2026. **Horário:** 14h. **Local:** Casa dos Conselhos. **Conselheiros Presentes:** Luciana Lima - Secretaria Municipal da Saúde; Edna Karine Costa Moreira - Secretaria Municipal de Assistência Social; Fabiane Nunes - Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher e para a Pessoa Idosa; Neusa Maria Campos - Pastoral Afro-Brasileira; Adriana Cristina dos Prazeres Schimidt - Fórum das Mulheres do Mercosul; Maria Odete da Costa - Movimento Negro de Lages - Obatalá; Gilmar Campos e Neiva Campos - Grêmio Recreativo Escola de Samba Princesa Isabel; Marta Aparecida de Lima Machado Calegari - Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense - UNIPLAC. **Ouvintes:** Patrícia Chaves - Secretaria Executiva. **Justificativas de Ausência:** Giovana de Liz e Sueli Dors - Fundação Cultural de Lages; Alex Delfes Farias e Rodrigo Oliveira Chaves - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Inovação; Edilamar Terezinha Albano - Pastoral Afro-Brasileira; Patrícia Silva Santos Deliri - Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/Lages/SC. **Pauta:** Abertura; Aprovação da Pauta; Aprovação das Ata nº 59; Correspondências Recebidas e Expedidas; Trabalho das Comissões; Estabelecimento de critérios referente a solicitação de falas em nome do COMPIR; Agenda livre. **Desenvolvimento do Trabalho:** Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se a Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, com a presença dos(as) conselheiros(as), conforme lista de presença. **Abertura:** A reunião foi aberta pela Presidente Adriana, que realizou a saudação e acolhida dos participantes, seguida da verificação de quórum. **Aprovação da Pauta:** A Presidente Adriana fez a **leitura da pauta do dia, que foi aprovada por todos.** A Secretária Executiva Flávia apresentou justificativa quanto à ausência das diretorias de média e alta complexidade da assistência social, que não puderam comparecer devido a demandas emergenciais e reuniões concomitantes, comprometendo-se a participarem da próxima plenária. **Aprovação da Ata nº 59:** A Presidente Adriana questionou o plenário sobre a leitura prévia da Ata nº 59, enviada por meio digital. A **Conselheira Maria Odete** divergiu do método de aprovação sem leitura em plenário. Argumentou que, por se tratar de um documento legal que envolve a responsabilidade e a assinatura dos conselheiros, a leitura deve ser realizada integralmente durante a reunião para garantir a segurança jurídica e o compromisso ético dos membros, independentemente de ter sido enviada com antecedência. **Secretária Flavia e Conselheira Marta** esclareceram que o formato atual das atas é fruto de uma decisão anterior do conselho para otimizar o tempo das reuniões. Flavia explicou que a utilização de ferramentas de inteligência artificial para transcrição tem gerado textos mais fiéis e detalhados, o que aumenta a extensão do documento, justificando o envio antecipado para leitura individual. Diante do impasse, a Presidente Adriana propôs novamente, que a metodologia de aprovação das atas (leitura em plenário versus leitura prévia via grupo de comunicação) fosse submetida a uma nova votação, visando respeitar a decisão dos presentes. **Com decisão da maioria dos conselheiros presentes, mantém-se o envio das Atas nos grupos de comunicação para leitura prévia e para as próximas plenárias será impressa e disponibilizada para apreciação aos conselheiros antes da reunião. Ata nº 59 aprovada.** **Correspondências Recebidas e Expedidas:** **Das Recebidas:** Ofício 107/2026 do Pacto pela Aceleração Territorial, convite recebido em 08/04/2026 para Reunião da Mesa do Pacto, no dia 16/04. Com relação aos trâmites da denúncia ao vereador, caso já relatado anteriormente; a Secretária Executiva fez a leitura do Relatório da Câmara de Vereadores de Lages, onde em suma a denúncia foi arquivada. Relata envio da denúncia em vários âmbitos da esfera pública; municipal, estadual e federal, onde foi recebido resposta pelo NEAVIT, Núcleo de Enfrentamento a Violência e Apoio às Vítimas - Ministério Público de Santa Catarina, informando que após análise tramitada pela 40ª Promotoria de Justiça da Capital de Santa Catarina, o caso foi remetido ao Ministério Público Federal. **Das Expedidas:** Ofício Circular nº 014/COMPIR/2026 com data de 02/04/2026 convidando os conselheiros para os Trabalhos da Comissões; Ofício nº 015/COMPIR/2026 datado de 06/04/2026 ao Ministério Público de Santa Catarina, solicitando informações acerca da denúncia do vereador, resposta já relatada nas correspondências recebidas; Ofício Circular nº 016/COMPIR/2026 de 09/04/2026, convocação para esta plenária; Resolução nº 001/COMPIR/2026 com data de 10/04/2026, recomendando o preenchimento completo dos dados dos usuários do SUAS cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, conforme deliberado em plenária anterior. **Trabalho das Comissões:** A Secretária Executiva, Flavia, apresentou o relato das atividades da Comissão de Estudos, Normas e Legislação, que se reuniu em 06/04/2026 com a presença das conselheiras Marta, Maria Odete, Edna e Adriana. Foram discutidos o arquivamento de representação contra Vereador, onde a comissão deliberou por aguardar o posicionamento oficial do Ministério Público (MP) antes de encaminhar uma resposta definitiva à Câmara de Vereadores. Foi citado o Ofício nº 015, já enviado ao MP, visando garantir que a resposta do conselho seja técnica e juridicamente amparada. **O plenário aprovou, por unanimidade, o aguardo do parecer do Ministério Público Federal para o prosseguimento do rito.** Com



relação ao **Regimento Interno e Lei de Criação do COMPIR**, a comissão sugeriu a realização de uma leitura coletiva e estudo aprofundado do documento e da Lei Municipal que criou o conselho. O objetivo é assegurar que as decisões futuras da coletividade estejam estritamente fundamentadas na legislação vigente. Diante de discussões, sugeriu-se que o estudo ocorra de forma integrada às plenárias ordinárias para otimização de tempo e recursos. **Aprovou-se, por maioria a extensão do horário das reuniões plenárias mensais, ficando definido que, após o encerramento da pauta administrativa, habitualmente às 16h, será dedicada 01 (uma) hora adicional, até as 17h, exclusivamente para o estudo das normativas. O trabalho terá início na próxima plenária, estendendo-se aos próximos encontros até que se consiga sanar o tema.** A Comissão também analisou o **Parecer da Procuradoria Geral do Município (PROGEM) referente à unificação das eleições dos conselhos municipais.** Após avaliarem o documento, os membros entenderam que, devido às especificidades e exigências deste conselho, **não há viabilidade para a unificação no momento.** Caso o conselho decida pela unificação no futuro, será imprescindível a revisão prévia do regimento interno e da estrutura parlamentar relacionada. **Após a conclusão da leitura desta pauta, o trabalho das Comissões foi aprovado.** Sobre o Plano Municipal de Saúde, o Conselheiro Gilmar e a Presidente Adriana discutiram a sua estrutura e a importância da participação nas conferências municipais, estaduais e nacionais. O Conselheiro ressaltou que as diretrizes do plano são votadas durante as conferências e que a ausência de representantes do conselho ou do público interessado nesses espaços prejudica a inclusão de demandas específicas no planejamento municipal. Foi pontuado que a baixa participação da sociedade civil na última montagem do plano resultou em uma predominância de visões técnicas dos trabalhadores em detrimento das reivindicações da comunidade. **A Comissão de Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Públicas e Avaliação das Políticas de Igualdade Racial realizou visita,** com agendamento prévio na Secretaria de Saúde, sendo recebidos pela Secretária da pasta, Sr<sup>a</sup> Rose Possato. A Presidente Adriana relatou que ao requisitar dados sobre racialidade a Sr<sup>a</sup> Rose solicitou que os assuntos sejam formalizados por Ofício e que durante a conversa sobre o Plano Municipal de Saúde com a Secretária de Saúde, os Conselheiros apontaram que não houve identificação referente ao recorte de racialidade. **Foi aprovado envio de Ofício para a Secretaria de Saúde, solicitando os dados do roteiro de entrevista da Comissão.** O roteiro de visitas, documento próprio do Conselho para formalizar a visita não foi assinado pela Secretária da Saúde, quando solicitado. Discutiu-se a possibilidade por sugestão da Conselheira da Secretaria de Saúde, de o conselho indicar profissionais ou temas para a educação permanente de médicos e enfermeiros, focando em questões de racialidade em momentos de formação. A Conselheira Luciana propôs uma estratégia de aproximação com os profissionais da rede de saúde para dar visibilidade ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR). Aproveitar as reuniões mensais de médicos e enfermeiros na Secretaria de Saúde para realizar apresentações institucionais sobre o COMPIR, suas funções e localização. A conselheira destacou a necessidade de sensibilizar os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e enfermeiros para que realizem o preenchimento correto do campo raça/cor nos cadastros, visto que a ausência desses dados prejudica a formulação de políticas públicas eficazes. Os conselheiros compartilharam experiências pessoais, fazendo relatos sobre o atendimento médico especializado que considera as particularidades genéticas da população negra, reforçando que essa prática é rara e precisa ser difundida na rede pública, **também foi sugerido pelo Conselho, reunião com profissionais da saúde, como médicos, para abordar assuntos sobre doenças que acometem a raça negra.** A Conselheira Fabiane manifestou sua percepção sobre a visita com a gestão da Saúde. Pontuou que o atual plano não apresenta recortes específicos para negros, indígenas ou imigrantes. Em debate, os Conselheiros classificaram as respostas da Secretária de Saúde como genéricas e percebeu uma postura defensiva da gestão, que tende a questionar a proatividade do Conselho em vez de assumir a lacuna na inclusão desses recortes no planejamento oficial da saúde municipal. A Secretária Executiva, realizou uma intervenção de natureza técnica sobre a atuação dos conselheiros em visitas de monitoramento. Reforçou que o roteiro de perguntas e o questionário de monitoramento são instrumentos institucionais do Conselho e não costumam ser submetidos à aprovação prévia do órgão monitorado. Ressalta que não comum a recusa de assinatura no instrumento de visita dos demais conselhos, como em comissões de monitoramento. Foi discutida a questão dos roteiros arquivados em branco. **A orientação da Secretaria Executiva é que qualquer resposta, mesmo que negativa (ex: "não possui dados" ou "não tem capacidade técnica"), deve ser registrada no ato da reunião.** Sobre a dinâmica das Comissões, visando não sobrecarregar a Presidência e garantir a participação de todos, foi **sugerido e aceito um sistema de rodízio para a escrita dos relatórios e preenchimento dos roteiros durante as visitas de monitoramento.** A Secretária Flávia propôs que, quando os dados concretos não puderem ser fornecidos verbalmente no momento da visita, o Conselho envie o roteiro formalmente por ofício para o órgão. A Conselheira Fabiane, em seu relato sobre a primeira participação em comissões de monitoramento, compreendeu, após o debate, a importância da formalidade técnica no preenchimento das informações. **A Conselheira Luciana reforçou que a falta de respostas objetivas sobre o número de profissionais negros na rede de saúde e sugere uma articulação deste conselho para futuras reuniões com**

a gestão de saúde, tratando deste tema. A sugestão foi aprovada pelo plenário. Estabelecimento de critérios referente a solicitação de falas em nome do COMPIR: Diante desta pauta e discussões, foi decidido que sempre que algum conselheiro se disponibilizar a divulgar o Conselho, participar de ações em nome do COMPIR, que seja solicitado por Ofício da entidade interessada, a fim de que todos os membros possam estar cientes e apresentarem disponibilidades para os convites, eventos. Agenda Livre: A Conselheira Maria Odete, através do Obatalá Movimento Negro de Lages, faz convite e divulgação para a Formação em Cultura Afro-Brasileira com Foco no Protagonismo da Mulher Negra. São dez encontros, com abertura no dia 08 de maio, na UNIPLAC, às 19h30h. As inscrições estão abertas até 07 de maio de 2026. Nada mais havendo a se tratar, a Presidente Adriana encerrou a plenária e eu Patrícia Chaves, Agente Administrativo lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será colada em livro próprio de Ata, que ficará arquivada na Casa dos Conselhos.

Ata, que ficará arquivada na Casa dos Conselhos.

Edna Karime Costa Moreira, Adriano Gustavo dos Prazeres Belinchi  
Fabiane Nunes, Alex Delf Soria, Lindhira Araújo Pizar, Fabiane  
Mara Colpo, Maria Odete da Costa, Gilmar Costa  
Nelson Evaristo Santos Lima. Neusa Maria Campos  
Fecion Roberto Oliveira materno's

Adriano Schmidt

**Adriana Cristina dos Prazeres Schimidt**

Presidenta do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR